

O POC e a construção do Partido Revolucionário: os caminhos para a revolução socialista no Brasil¹

Tamires Assad Nery de Brito²

Resumo: O Partido Operário Comunista (POC) foi formado a partir do processo de cisão da Organização Revolucionária Marxista Leninista (ORM-PO também conhecida como Polop) em 1967, no seu IV Congresso. O resultado da articulação dos membros que permaneceram na “antiga” Polop e a dissidência Leninista (quadro recém-saído do PCB) reivindicaria para si herança direta da ORM-PO, assumindo inclusive, o documento base da Organização, o *Programa Socialista para o Brasil*. Esta organização encarou como tarefa principal a construção deste partido, instrumento nuclear da sua teoria revolucionária, elemento de direção da classe operária na sua luta contra o capital. Neste sentido, buscamos demonstrar seus esforços para tal, num contexto de acirramentos dos conflitos e as condições de militância no momento da ditadura civil-militar entre 1968-1970. Buscamos compreender, a partir dos debates internos, os esforços e caminhos escolhidos por ela, suas principais orientações políticas de intervenção em três espaços: no movimento operário, na esquerda pela construção da Frente Esquerda Revolucionária (FER) e no movimento estudantil.

Palavras chaves: Partido Revolucionário, POC, ditadura, partidos e organizações de esquerda.

The POC and the construction of the Revolutionary Party: the paths to the socialist revolution in Brazil

Abstract: The Communist Workers' Party (POC) was formed from the spin-off of the Revolutionary Marxist-Leninist Organization (ORM-PO, also known as Polop) in 1967, at its Fourth Congress. The result of the articulation of the members who remained in the "old" Polop and the Leninist dissidence (a framework that had just left the PCB) would claim for itself a direct inheritance of the ORM-PO, even assuming the Organization's basic document, the Socialist Program for Brazil. This organization regarded as the main task the construction of this party, the nuclear instrument of its revolutionary theory, an element of the leadership of the working class in its struggle against the capital. In this sense, we seek to demonstrate their efforts to do so, in a context of increased conflicts and conditions of militancy at the time of the civil-military dictatorship between 1968 and 1970. We seek to understand, from the internal debates, the efforts and paths chosen by it, its main political guidelines of intervention in three spaces: in the workers' movement, in the left by the construction of the Revolutionary Left Front (FER) and in the student movement.

Keywords: Revolutionary Party, POC, dictatorship, leftwing parties and organizations.

O POC (Partido Operário Comunista) tem sua origem na ORM-PO (Organização Revolucionária Marxista- Política Operária) surgida nos anos 1960, tendo uma trajetória marcada por cisões, recomposições e mudanças de nome até se dissolver por completo em meados da década de 1980. Ainda na década de 60, aparece no cenário da esquerda lançando críticas ao Partido Comunista do Brasil (PCB). É com esse

¹ Este texto é versão de parte do segundo capítulo que compõe a dissertação *A grande tarefa: Política Operária e a construção do Partido Revolucionário (1968-1979)*. Defendida em 2016, pelo PPGH-UEFS.

² Graduada e Mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), membro pesquisadora do Laboratório de História e Memória da Esquerda e das Lutas Sociais (LABELU-UEFS).

partido que a Organização manteria diálogo intenso, aparecendo diferenças quanto à análise da realidade brasileira, à organização política e à prática revolucionária.

A cisão de 1967, que dividiu a ORM-PO, deu origem a novas organizações que ingressariam rapidamente na luta armada. Formaram-se, a partir daí, os Comandos de Libertação Nacional (COLINA³) e a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR⁴). O grupo que permaneceu na Polop procurou articular-se com a dissidência Leninista, grupo recém-saído do PCB, atuando, sobretudo, no Rio Grande do Sul. Tal aproximação deu origem ao Partido Operário Comunista, o POC⁵, nosso objeto de estudo neste artigo. Temos por objetivo, investigar os caminhos percorridos pelo Partido Operário Comunista na tentativa de construção do Partido Revolucionário. Grande parte da direção do POC veio da ORM e seu programa base continuou sendo o *Programa Socialista para o Brasil*, retomando assim as principais formulações e tarefas já expressas neste programa, como a FER, por exemplo.

Analisaremos aqui como o POC encarou essas tarefas em contexto diferente. Primeiro, compreendendo o seu projeto político, o contexto no qual surge e as condições de militância para a esquerda brasileira no momento específico da ditadura civil-militar entre os anos de 1968-1970. Partiremos por identificar suas propostas de intervenção e disputas em três espaços: no movimento operário, suas disputas dentro da esquerda pela construção da FER e no movimento estudantil.

Das tarefas da Organização: construção e centralidade do partido.

O POC baseou-se em pressupostos leninistas para pensar em si mesmo e na organização da classe. Buscou compreender a realidade brasileira e elaborar táticas com

3 O Comando de Libertação Nacional (COLINA) foi formado pelos militantes das células de Minas Gerais. Influenciada pelas obras de Régis Debray, adere à luta armada realizando seu Congresso de fundação em abril de 1968, onde aprova o documento *Concepção da Luta Revolucionária*, que orientaria o trabalho para a construção de um “Exército Popular”. Já em 1969, terá seu quadro quase que desmantelado. Dos que não foram assassinados, alguns foram presos e outros militantes iniciaram fusão com a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) e outros grupos. IN: SILVA, Antonio Ozai da. **História das tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas)**. 2ª edição. Dag Gráfica e Editorial: São Paulo. Ver também: REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA DE SÁ, Jair (Orgs). **Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

4 Formada pelos setores militares que compunham o quadro da Polop e também influenciada pelas colocações de Régis Debray, em 1967 rompe com a Polop. Em 1968 juntam-se aos militantes do Movimento Nacionalista Revolucionário e passam a denominar-se Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). IN: SILVA, Antonio Ozai da. **História das tendências...** op.cit. Para mais, ver: REIS FILHO, Daniel Aarão, FERREIRA DE SÁ. Op.cit. 2006.

5 **Uma tentativa chamada Partido Operário Comunista**. Em tempo. Número 85, 11 a 17 de outubro de 1979.

o objetivo de inserção e “enraizamento” na classe trabalhadora, imprescindível para se pensar o que é o partido revolucionário para ela. Este Partido, é, pois, a expressão desse enraizamento.

Em 1967, antes mesmo do IV Congresso acontecer, em meio aos debates para a construção do Programa, Érico Sachs⁶ escreve um documento intitulado *Formar a Vanguarda Proletária Linha Estratégica da Organização*⁷. Nele apontou os espaços a serem ocupados pelos militantes revolucionários para realizar suas tarefas. Seriam, em especial, os locais de trabalho operário, onde pudessem construir lideranças operárias e demarcar resistências nas lutas cotidianas.

Mas não só a fábrica deveria ser entendida como lugar a ser ocupado pelos revolucionários, não poderia limitar-se às lutas nesse espaço. Para Érico Sachs, era preciso ampliar para outras “frentes de penetração”, como os bairros, em especial os de maior caráter operário, as associações locais, escolas noturnas, movimento estudantil e tantos outros lugares em que fosse possível “ganhar” outras categorias de trabalhadores como os camponeses, cabos, marinheiros, advogados, etc. A atividade propagandista deveria chegar a todos os espaços possíveis.

Ao apresentar o que seriam as tarefas dos intelectuais revolucionários, o autor questiona sobre a condição real de a Organização realizar os objetivos estabelecidos. Disse ele: “Se nós visamos colocar atualmente, de modo concreto, o problema estratégico e tático para a Organização, temos de colocar, antes de tudo, a questão: qual é a nossa força material? Qual o nosso exército?⁸”. De imediato, fazia crítica aos companheiros que levantavam o foco guerrilheiro como caminho para a aglutinação de forças para combater a ditadura civil-militar instalada e para construir o partido e a Frente. Contudo, na avaliação de Sachs, as forças de que dispunha a Organização em 1967 não eram suficientes para se acreditar nessa possibilidade.

Nestas circunstâncias, tem pouco sentido atualmente se a nossa tática é de “cerco” ou de “assalto”. Ou a cômoda crítica de que a Organização não há estratégia para derrubar a ditadura. Este argumento, em especial, ou não é muito sincero, ou trai uma concepção política absolutamente burguesa de luta. Uma estratégia para derrubar a ditadura de caráter imediatista, só

⁶ Érico Sachs era um dos mais importantes teóricos da Organização e teve um papel central na formação da Polop, é de sua autoria grande parte dos documentos. Para saber mais sobre sua trajetória ver: CORRÊA, Lucas Andrade de Sá. Um nome e um programa: Érico Sachs e a Política Operária. Dissertação de Mestrado em História Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 2014.

⁷ SACHS, Érico. **Formar a vanguarda proletária**. In: FALCON, Pery; MIRANDA, Orlando. *POLOP: Uma trajetória de luta pela Organização independente da classe operária no Brasil*. Documentos publicados. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2010.

⁸ SACHS, Érico. **Formar a vanguarda proletária**. Op.cit. 2010.

poderia ser concebida em alianças com as formas que ainda dispunham de poder real, com “exércitos”, isto é, com facções da classe dominante. Semelhante aliança, que deveria se basear na ficção de que as facções descontentes da classe dominante estejam dispostas a lutar contra a ditadura até as últimas consequências, teria de sacrificar posições proletárias independentes⁹.

As circunstâncias de que fala, eram a dura condição de militância nos anos de chumbo e as próprias condições internas da Organização para o trabalho prático. Desconsiderando a possibilidade de alianças com setores burgueses (o que é bem definido na linha política da Organização), Sachs insiste na reflexão das condições reais de realizar os objetivos que propõe. Não se referia exatamente ao tamanho da organização, mas à “qualidade” da formação dos quadros e os crescentes problemas internos que se colocavam de maneira a interferir, de forma significativa, na atuação da Polop. O Programa Socialista para o Brasil, que foi aprovado meses depois¹⁰, definia suas tarefas imediatas. Defenderia a seguinte proposta:

A formação de um partido revolucionário que lidere a classe operária será resultado do enraizamento do programa e das concepções de lutas definidas anualmente pela *Política Operária* nos setores mais combativos do proletariado brasileiro. Simultaneamente será fruto do amadurecimento do conflito latente entre as bases e as lideranças nas organizações reformistas tradicionais e nas correntes centristas que se formaram nas lutas internas verificadas na esquerda¹¹.

Pelo que nos é apresentado no documento, a tarefa de construção do partido revolucionário exigiria esforços em duas tarefas principais da sua vanguarda: de um lado, a tarefa política junto à classe e ao seu cotidiano, envolvendo-se nas suas lutas diárias, através do trabalho de denúncias, propaganda e agitações. Seria essa a forma de “enraizar” a teoria marxista-leninista, unindo teoria e prática.

E de outro lado, caberia à Polop, enquanto vanguarda, disputar ideologicamente seu projeto político, combatendo o que ela entende por políticas reformistas e centristas, críticas ao PCB e ao PTB, respectivamente. No seu entendimento as “organizações reformistas e centristas” só atuariam no sentido de atrasar e impedir o amadurecimento da classe (sua consciência) ao lhe apresentar pautas pequeno-burguesas. Era, à vista disso, parte deste processo de construção do partido,

9 Idem.

10 Este IV Congresso também marcaria uma nova fase da Organização. Neste momento, em grande medida pelas discussões em torno da construção do programa, teremos a cisão que levou a formação do POC, como já mencionado acima.

11 **Programa socialista para o Brasil.** In: *POLOP: Uma trajetória de luta pela Organização independente da classe operária no Brasil*. Documentos publicados. Organizadores: Pery Fálcon e Orlando Miranda. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2010. Pág. 144. Itálico do próprio documento.

combater essas influências. Estas duas frentes de trabalho expressam a defesa de que a consciência da classe não se constrói sozinha, pela espontaneidade das suas reivindicações e lutas, mas na medida em que conduzida e educada pela organização de vanguarda.

O proletário chega à consciência socialista a partir das lutas econômicas e políticas que trava contra o poder burguês, na medida em que a vanguarda aponta os objetivos que elevam o nível de luta e formam uma consciência de classe. No caminho para a revolução socialista no Brasil coloca-se, como primeiro passo, a luta pela destruição das bases sociais da ditadura. Nessa luta travada hoje, o proletariado acumula suas forças para as transformações revolucionárias que será chamado a dirigir¹².

É nestes moldes que a “constituição de um Partido Revolucionário que lidere a classe operária, ideológica e organizatoriamente [sic], independentemente de toda influência burguesa, permanece a tarefa da vanguarda revolucionária do país”¹³. O Programa reafirma elementos que já encontramos na literatura leninista, em especial três básicos para a política pretendida pelo POC: um proletariado consciente (a consciência de classe), os níveis das lutas a serem travadas no sentido de acumular forças para o amadurecimento da classe, e em decorrência desta a existência (construção) do elemento dirigente: o partido.

Parte essencial do projeto político base do POC diz respeito à necessidade deste partido revolucionário que serviria como força propulsora da revolução socialista no país. Desde a sua fundação, o objetivo principal sempre foi esse e todas as suas ações e posicionamentos eram voltados para esse objetivo. Variaram assim, durante sua trajetória, as ações tomadas pela Organização que respondiam às condições concretas de determinado momento vivenciado, buscando sempre direcioná-las para a construção do partido.

O papel que caberia a tal partido seria de servir como núcleo aglutinador e dirigente da Frente dos Trabalhadores da Cidade e Campo, “materializando a aliança entre o proletariado independente e as demais classes exploradas”¹⁴. Ele seria o coordenador das lutas contra a ditadura e da implantação do Governo de Transição. Deveria ser essencialmente operário e oposto a burguesia, sendo assim, o reflexo do amadurecimento da classe operária e da sua independência.

12 **Ibidem**, pág. 62

13 **Programa socialista para o Brasil**. Op. cit. Pág. 144-145.

14 **Ibidem**, Pág. 142.

O partido aparece como elemento central na teoria do POC, pois é ele o instrumento de unidade da classe trabalhadora e de sua ação. Sua construção, é encarada como *a grande tarefa* a ser enfrentada. Este é o termo presente no Programa base, ao colocar a construção do partido revolucionário como a grande tarefa da vanguarda¹⁵.

As condições de militância, caminhos e descaminhos pela construção do *partido*.

A obra de René Dreiffus (1981) tem sido fundamental para aprofundar a compreensão do que foi o golpe de 1964 ao demonstrar o papel de instituições e articulações de sujeitos, expondo o caráter burguês do golpe. Tornando-se referência no campo historiográfico, muitos autores apoiados nos seus estudos vêm descortinando as disputas e interesses das frações da classe dominante pela direção do Estado. Dentre outros, autores como Gilberto Calil (2014) e Sônia Mendonça (2010), ao problematizarem o sentido histórico do processo de implementação da ditadura civil militar brasileira, apontam a rede de ampla articulação entre grupos militares, associações da sociedade civil, instituições, entidades patronais e ação de diferentes frações da burguesia na constituição do golpe. Apontam para uma interpretação de que este processo está vinculado a “afirmação de uma nova etapa do desenvolvimento do capitalismo brasileiro” (CALIL, 2014, 18).

A ditadura civil militar não será a implantação de um novo modelo econômico, mas sim o processo pelo qual o capital estrangeiro e a burguesia industrial nacional tornam-se hegemônicas. Com a retomada do crescimento econômico depois de 1968, foi possível reorganizar os interesses das diferentes frações da classe dominante, tornando “equilibrada” a relação entre as forças políticas dentro deste bloco – burguesia agrária, industrial e financeira.

O golpe não viria a resolver os problemas da crise em seus primeiros anos de existência, mas decerto viria a privilegiar ações para a reoxigenação da economia, encontrando formas que alavancassem novamente as taxas de crescimento econômico do país. Mais do que isso, ele, o golpe, foi o caminho encontrado para garantir a continuidade do modelo econômico inaugurado por JK e a acumulação e expansão

¹⁵ Programa socialista para o Brasil. Op. cit. Pág. 142

capitalista obstaculizada pela crise de 1962-1964 (MENDONÇA, 1986; 89)¹⁶, reafirmando o nacional desenvolvimentismo como orientação e modelo de acumulação.

De 1968 até 1974, as medidas do Estado levariam ao que se chamou de “milagre econômico”, período em que a economia brasileira deu um salto, apresentando altas taxas de crescimento, em especial no setor industrial. O Estado interviria mais na economia, assumindo a função de gerenciador financeiro, buscando formas de maior captação de recursos através de medidas como, por exemplo, de poupança compulsória, com a criação do FGTS, criação de novos impostos como o Imposto sobre a produção (IPI) e Imposto sobre a Circulação de Mercadorias (ICM) e grandes empréstimos estrangeiros (FONTES; MENDONÇA, 1994), (SINGER, 1982)¹⁷; estimulando ainda mais a presença de empresas multinacionais no país e também com medidas de maior incentivo a créditos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento¹⁸.

O novo equilíbrio entre forças políticas dentro do bloco da classe dominante, como indicou Singer (1982), não acaba com as contradições internas, mas consegue novamente conciliar interesses de diferentes frações de classe, o que garante situação favorável para o endurecimento do Estado em relação à oposição, respondendo de forma muito mais dura às insatisfações sociais e às investidas da esquerda brasileira.

Em 1968, temos a instauração do AI-5, que representou o mais radical no sentido da institucionalização da violência de Estado, e ainda que nem tudo fosse legalmente reconhecido, a tortura virou política de Estado. Segundo Moreira Alves, neste período, temos a segunda fase de institucionalização do Estado de Segurança Nacional (ESN) como reflexo desta reordenação entre forças das frações da classe dominante. Para a autora,

Grupos e facções rivais enfrentavam-se na busca pelo apoio eleitoral, daí resultando que as expectativas populares chegaram a um ponto de inevitável defasagem entre o nível das aspirações e dos resultados levando à frustração determinados contingentes eleitorais. E é nesse contexto que podemos compreender a ideologia de segurança nacional: *um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente.* (ALVES, 1985; 23)

16 Para a autora a crise de 1962-64 foi uma crise tipicamente do capitalismo monopolista, uma crise de superacumulação.

17 Para Virgínia Fontes e Sônia Regina, a principal implicação desta política de empréstimos estrangeiros é o aumento da dependência da economia brasileira em relação à economia internacional, em que as relações de exportações tornam-se maiores do que de importação. Para Paul Singer, essa dependência vai para além da financeira, mas também na dependência de tecnologia dos países mais industrializados.

18 Para uma análise mais aprofundada sobre a economia brasileira neste período ver: SINGER, Paul. **A crise do “milagre”**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1985.

Aqui no Brasil, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND) elaborada pela Escola Superior de Guerra (ESG) estabelecia como base três princípios. O primeiro era baseado na ideia de desenvolvimento e crescimento econômico, como forma de buscar legitimidade para o governo; o segundo, na disseminação da ideia de existência de um “inimigo interno” como constante ameaça à segurança e da necessidade de sua aniquilação, caracterizando o anticomunismo; e por fim, em terceiro, no uso da violência como forma de garantir a manutenção deste Estado e da “ordem” pretendida. Ainda segundo a autora,

A ideologia da segurança nacional contida na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento foi um instrumento importante para a perpetuação das estruturas de Estado destinadas a facilitar o desenvolvimento capitalista associado-dependente. Devemos analisar em sua globalidade a Doutrina, tal como ministrada na ESG e em outros estabelecimentos militares. Em sua variante teórica brasileira, a Doutrina constitui um corpo orgânico de pensamento que inclui uma teoria de guerra, uma teoria de revolução e subversão interna. (Ibidem, 26)

Para a efetividade do modelo econômico e sua sustentação ideológica, fez-se necessário a construção de um “corpo orgânico”, apostando no “treinamento profissional e ideológico tanto dos militares, quanto dos tecnocratas e de toda sociedade civil”¹⁹. Neste sentido, a articulação entre a Escola Superior de Guerra (ESG), o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foram fundamentais para a elaboração, planejamento e execução da Doutrina de Segurança Nacional. O esquema se completaria ainda com o Sistema Nacional de Informação (SNI), desempenhando papel importante no que se refere ao controle social e à luta anticomunista.

A “necessária justificação ideológica da tomada do Estado e da modificação de suas estruturas para impor uma variante autoritária foi encontrada na Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento”²⁰ cuidadosamente pensada e repercutida extensamente através de inúmeros aparelhos privados de hegemonia. Assim, a estratégia da política de Segurança Nacional expressou-se nas diferentes dimensões da vida social: política, econômica, psicossocial e militar.

É no contexto e em meio ao processo de institucionalização do Estado de Segurança Nacional, nas direções aqui já expostas, que no campo de oposição ao regime civil militar temos a criação do Partido Operário Comunista (POC).

19 Idem, ibidem. Pág.34.

20 Id., ibid. Pág. 24.

A formação do Partido Operário Comunista (POC)

O golpe impôs uma nova realidade e obrigou seus opositores a reorganizar suas formas de lutas. A Polop não fica fora disso e os debates internos se tornariam, daí por diante, ainda mais calorosos. No IV Congresso da ORM – Política Operária, o primeiro depois do golpe, momento decisivo em que a Organização, diante do regime civil/militar instalado no Brasil, assumiria definições em torno da questão da luta armada, posto na ordem do dia.

O historiador Eurelino Coelho chama atenção em seu texto *Dissonâncias à esquerda: a Polop, o golpe e a ditadura militar*, em que faz esforço em compreender as formas de enfrentamento à ditadura colocada pela Organização, que mesmo contendo a guerrilha como mediação tática, a Polop não abandonará e/ou negligenciará o trabalho junto à classe. Ainda segundo o autor,

Quanto à guerrilha, o posicionamento da Polop sofreu algumas mudanças ao longo dos anos. Num primeiro período compreendido entre o pós-golpe e os últimos anos da década de 1960, o foco guerrilheiro é considerado necessário e a ele é dedicada atenção frequente nos documentos da Organização. Em janeiro de 1965 a prioridade era superar a dispersão gerada pelo golpe, que atingiu a Polop com prisões, inclusive de dirigentes, logo nos primeiros meses. Com o objetivo de preparar a organização para atuar sob novas condições impostas pela ditadura, a direção emite uma “orientação interna” em janeiro de 1965, e nela a guerrilha já é abordada (COELHO, 2014; 207).

Mesmo com a “orientação interna” mencionada pelo autor, o Programa seria aprovado com essa possibilidade de guerrilha. Para ALVES (2007), a luta armada foi a principal razão que desencadearia a grande cisão de 1967. Os debates em torno da adesão ou não à luta armada alimentaram e foram talvez a principal polêmica nas disputas internas, mas são recorrentes nos documentos outras questões que estão diretamente ligadas ao próprio funcionamento da Organização, que podem ter influenciado neste processo.

A própria autora, mesmo não aprofundando, aponta que uma suposta falta de diálogo entre a Direção Nacional e os Secretariados Regionais, uma suposta “ausência” da Direção Nacional na distribuição de documentos e transparência das discussões, são colocadas como empecilhos a uma prática unificada entre os quadros que compunham a Organização. Críticas que vinham, principalmente, do secretariado de Minas Gerais. Esses problemas teriam causado “falta de coesão, dispersão e distância não só física, mas também de entrosamento entre seus membros, frente a uma diretriz política” (ALVES, 2007; 157).

O POC reafirmaria o *Programa Socialista para o Brasil* sem fazer nenhuma alteração. Nele, está exposta a possibilidade de guerrilha como tática para a construção do partido revolucionário. Ao avaliar o contexto pós-golpe aqui no Brasil, a guerrilha foi entendida “como forma de combate à ditadura burguesa-latifundiária²¹”, capaz de desgastar e enfraquecer o aparelho repressivo estatal.

A *Declaração Política do IV Congresso* também expressa grande inclinação à adesão à luta armada. Reafirma a necessidade de conseguir a hegemonia do proletariado como forma de garantir o êxito da revolução socialista. O enfrentamento direto por meio da guerrilha, segundo o documento, seria a prática real necessária para se conseguir naquele momento a hegemonia da classe, também julgada pela Comissão Nacional da Organização como melhor alternativa de enfrentamento à ditadura e ao imperialismo.

Na situação concreta da esquerda brasileira – e tem sido o caso em vários outros países onde também os partidos tradicionais frustraram a mobilização independente do proletariado – o foco guerrilheiro tem ainda outra função. É a de desencadear a luta contra o regime, dirigir-se a todo o povo colocando a questão do poder em termos proletários. Por isso mesmo a luta guerrilheira travada de modo consequente é incompatível com plataformas de reformulações democráticas da sociedade: ela coloca em xeque todo o poder vigente na sociedade e não permite conciliação com qualquer das camadas da classe dominante²².

Esse posicionamento não é, entretanto, consenso na Organização, levando a divergências entre o Comitê Nacional (CN) e alguns Secretariados Regionais (SR) da Polop, em especial o secretariado de Minas Gerais²³. O documento *Carta Política aos revolucionários*, escrito em setembro de 1967 por militantes que viriam a romper com a Polop²⁴, aponta para a existência de duas tendências dentro da Organização. Ambas não discordariam, de forma geral, quanto à leitura da realidade brasileira como capitalista industrial e a necessidade da construção do partido. Entretanto,

As consequências que daí se tiram são, portanto, profundamente divergentes. Enquanto a direção nacional tem seu projeto baseado na esperança de uma insurreição urbana, colocamos que a luta armada – como forma fundamental

21 **Programa socialista para o Brasil.** In: *POLOP: Uma trajetória de luta pela Organização independente da classe operária no Brasil*. Documentos publicados. Organizadores: Pery Fálcon e Orlando Miranda. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2010. Pág. 148.

22 Documento de circulação interna **Declaração Política do IV Congresso**. Autor: ORM-Política Operária. Ano: 1966. Acervo CEDEM.

23 Joelma Alves de Oliveira menciona que o secretariado de Guanabara e o de São Paulo também romperam neste momento. Apesar de constarem na produção historiográfica da Polop, carecemos ainda de um estudo mais aprofundado sobre as divergências internas, o mapeamento de sujeitos e das relações entre os diferentes secretariados regionais e o comitê nacional. Para mais, ver: OLIVEIRA, Joelma Alves. 2007. Op.cit.

24 O documento é assinado por “Os militantes que romperam com a Polop”, ao que nos é indicado pelo documento, trata-se do grupo de Minas Gerais que viria formar posteriormente o Comando de Libertação Nacional (COLINA).

de luta de classes na atual conjuntura – terá que ser centralizada no campo, sob a forma de guerra de guerrilhas. Para o Comitê Nacional, o foco guerrilheiro tem, como principal tarefa, mobilizar a classe operária, despertá-la e mostrar-lhes o exemplo da luta armada, ainda dentro da perspectiva de uma insurreição. É assim que propõe a formação do Partido Revolucionário dos Trabalhadores – do qual a guerrilha, além de ser apenas uma hipótese, seria o braço armado – apesar de, oportunisticamente, declarar que só a prática poderá determinar qual surgirá primeiro: o partido ou o foco guerrilheiro. Para nós a tarefa fundamental e imediata é a da instalação do foco guerrilheiro, não como mero apêndice, mas como núcleo do Partido e embrião do Exército Popular, que porá [sic] em movimento as grandes massas camponesas e dará apoio às massas urbanas, enfraquecendo e destruindo o aparelho [sic] burocrático e militar do estado. A insurreição urbana, como coroamento da tomada do poder, só será possível sob a coordenação do comando do Exército Popular²⁵.

O documento expressa que as diferenças eram estratégicas. Numa posição, os militantes de Minas defendiam o foco guerrilheiro no campo, distanciando-se assim do trabalho político junto à classe operária. O foco é entendido por esta tendência como o “próprio núcleo do partido”, em que sua ação fosse suficiente para despertar o desejo de inserção da classe à luta. Segundo Marco Aurélio Garcia, estas questões já eram manifestadas dentro da Organização desde 1965 por este grupo²⁶. Ainda para Garcia, o secretariado de São Paulo também rompeu neste momento, pois “insistiria na questão da luta armada, ainda que fizesse parte da estratégia da organização. As divergências se fundavam essencialmente no enfrentamento prático da questão”²⁷, de forma mais imediata.

A posição representada pelo grupo do Comitê Nacional admitia o foco urbano como um potencializador da organização da classe, não abandonando, contudo, o trabalho de agitação e propaganda junto à classe. Neste caso, o foco era compreendido como mediação tática no contexto específico do pós-golpe para a construção do partido, mas não substituiria o trabalho educativo da vanguarda para com a classe, entendido como caminho para o amadurecimento da independência de classe e sua consciência. Nesta concepção, o entendimento partia em considerar que o foco em si não seria suficiente para construir a consciência de classe. Apostar o contrário seria acreditar na ação voluntarista e, portanto, distanciar-se e abandonar a tarefa de vanguarda.

25 **Carta Aberta aos revolucionários.** Autor: Os militantes que romperam com a Polop. Setembro de 1967. Acervo Victor Meyer (LABELU-UEFS). Referência: 1 (31). Pág. 02.

26 **Na História da PO um pouco da história da esquerda brasileira.** In: Em Tempo, número 84, 4 a 10 de outubro de 1979. Este e outros artigos de Marco Aurélio Garcia compõe parte da série, publicada no jornal *Em Tempo*, Contribuições à história da esquerda brasileira (1960-1979).

27 *Ibidem*, Pág. 13.

O POC reivindicava-se herança direta da ORM-PO e expressou isso ao referenciar seu congresso de fundação como o V Congresso da Organização Política Operária, em maio de 1968. Tomaria o *Programa Socialista para o Brasil* como documento base e na *Resolução Política do Congresso de Fundação do Partido Operário Comunista* é reafirmada a importância da construção do Partido Revolucionário e da independência de classe. A resolução não viria a apontar nenhuma mudança quanto à teoria revolucionária. Apresenta, entretanto, uma preocupação em reafirmar a necessidade de se fazer o trabalho prático de forma mais eficiente, propondo uma mudança de foco para o trabalho de base.

Segundo o julgamento da própria organização, diferente da atuação do período da ORM-PO, que priorizava o trabalho de intervenção e disputa teórica na esquerda, respondendo à necessidade de seu período histórico, o POC viria agora a priorizar o trabalho nas bases de articulação com os movimentos de massa. Afirmava que “hoje a influência dos marxistas-leninistas se fará menos pela discussão ideológica e mais pela aplicação dos seus princípios nas lutas das classes trabalhadoras”²⁸.

A construção do Partido Revolucionário e o fortalecimento do mesmo permaneciam como preocupações fundamentais. É com o olhar mais atento para uma prática junto às mobilizações que o POC mostrará esforço em desenvolver táticas para o trabalho junto ao movimento operário e o movimento estudantil em especial, bases de atuação da Organização neste período.

Esta, nem de longe seria uma tarefa fácil. O POC ao fazer opção pelo trabalho de base junto ao movimento operário e estudantil se colocou na posição de “nadar contra a maré”. Primeiro, porque a instauração do AI-5 criou condições pouco favoráveis para o trabalho de militância. Segundo, a opção da maior parte da esquerda neste momento e que seduzia grande parte dos militantes (inclusive dela mesma, é bom lembrar) era a luta armada. Por outro lado, a tarefa de enraizamento na classe operária tocava num dos pontos mais sensíveis da Organização, sua pouca inserção desde a fase da ORM-PO e o ressentimento de encontrar muita dificuldade para sua superação. Ao mesmo tempo em que documentos apontam a preocupação e iniciativas para uma atuação mais incisiva. A nosso ver, o POC travava uma luta constante consigo mesmo na tentativa de não permitir que as contradições internas comprometessem sua

28 Documento de circulação interna **Resolução Política do Congresso de Fundação do Partido Operário Comunista**. Autor: POC. Data: abril de 1968. Acervo Victor Meyer (LABELU-UEFS). Referência: (1)11. Pág.2

intervenção nos espaços concretos de luta. A evidência disto é a quantidade de documentos preocupados com o desenvolvimento de táticas para o movimento estudantil e operário, e também a existência de células, ainda que pequenas e dispersas, atuando nestes setores. Veremos adiante essas formulações e iniciativas de atuação.

Propostas de intervenções e lócus de atuação – O Movimento Operário

As medidas que levaram ao grande crescimento econômico visto na fase do “milagre econômico” trariam reflexos negativos para a classe trabalhadora e a população mais pobre do país. A classe trabalhadora pagaria a conta de todo esse crescimento. O que se pode observar sobre este período é que o suposto “desenvolvimento” e “crescimento” não se refletiam em melhores condições de vida. Ao contrário, este cenário foi construído com base nas reduções de salários e outras políticas de controle salarial (o arrocho salarial), aumento das jornadas de trabalho e a perda do poder de compra dos trabalhadores, mesmo com a inflação baixa, como aponta Alves (1985; 115). Para Mendonça,

Se a política salarial e trabalhista no pós-64 muito contribuiu para o milagre econômico brasileiro, o outro lado da moeda foi a crescente deterioração da qualidade de vida dos trabalhadores, que pode ser medida por dois critérios: o já citado crescimento do número de acidentes de trabalho e o aumento dos índices de mortalidade infantil. Ambos decorrem muito mais da desnutrição do que pelas condições de saúde propriamente ditas (MENDONÇA, 2004; 96).

Desde antes do golpe, já se fazia presente reivindicações por questões salariais e ações da classe trabalhadora para resistir à política estatal. Por outro lado, como resposta à resistência encontrada nas ações dos operários, o Estado faria muitas investidas através do Ministério do Trabalho visando ao controle do movimento sindical e a desarticulação de suas lideranças, recorrendo a mecanismos de atrelamento estrutural em relação aos órgãos do movimento operário. Para Moreira Alves, tratava-se da maneira pela qual o “Estado de Segurança nacional valeu-se de mecanismos de controle, já existentes, intensificando seu próprio controle direto sobre os sindicatos” (ALVES, 1985; 120).

Essa tentativa teve como resposta diversas disputas nos espaços sindicais e a criação de formas alternativas de lutas dos operários paralelas aos sindicatos (MATTOS, 1988). Levou também à criação de um movimento de oposição sindical, que se organizava em comissões para atuar nos sindicatos. Este era o início de um movimento que chamaria atenção de muitos sujeitos que vieram então a buscar uma

relação mais próxima. Dentre eles: estudantes, organizações católicas, membros do MDB, PCB e também o POC. A participação de variados setores da sociedade civil faz crescer ainda mais o movimento que se mostrará, na segunda metade da década seguinte, um movimento de toda a classe trabalhadora e não apenas dos trabalhadores da fábrica.

Alves (1985) aponta em seu trabalho a existência de 854 novos sindicatos entre os anos de 1967-1968. Percebem-se neste mesmo momento as investidas do Estado em estabelecer maiores controles sobre o aparelho sindical e do movimento operário, aplicando medidas através do Ministério do Trabalho. Ao contrário do que se esperava com essa política voltada aos organismos de representação da classe operária, assistiu nestes anos à emergência de movimentos grevistas.

Marcelo Ridenti e Ricardo Antunes afirmam que as greves do ano de 1968 tinham especificidades e poderiam ser compreendidas “com sentido de confronto, tanto à ditadura que cerceava a liberdade e autonomia sindical, quanto à política econômica fundada na superexploração do trabalho” (RIDENTI, ANTUNES, 2007; 8). Para Marcelo Badaró, sua especificidade se dá na medida em que se organizaram não como movimento fruto da “ação de cúpulas sindicais, mas de uma organização de base dos trabalhadores, por empresa” (MATTOS, 1998; 57). As greves tiveram como pautas principais a estabilidade de emprego, o arrocho salarial, a crítica à estrutura sindical existente e a defesa da organização de comissões de fábricas eleitas.

Os militantes do POC saudaram esses movimentos grevistas como passo importante na construção da independência da classe. A eles caberia fazer um trabalho de enraizamento no “proletariado – ideologicamente e organicamente”²⁹ estimulando cada vez mais a mobilização autônoma e o protagonismo da ação da grande massa dos operários. Para o POC, a organização do proletariado deveria ser um feito da classe operária, como fruto da atividade da própria classe.

O POC chegou a lançar edições extras dos Informes Nacionais (textos mais breves e de circulação rápida) específicos sobre as greves de 1968. Em tom de urgência, na conjuntura aberta pelas greves de Contagem e Osasco, traça objetivos táticos de criar

29 SACHS, Érico. **Formar a Vanguarda Proletária. A Linha estratégica da Organização.** IN: MIRANDA, Orlando, FALCÓN Pery (Orgs). **Polop: uma trajetória de luta pela organização independente da classe operária no Brasil.** 2ª edição. Salvador: Centro de estudos Victor Meyer, 2010.

comitês de empresa, comandos gerais de greve em diferentes cidades e o trabalho de agitação junto a classe³⁰.

As fábricas eram espaços vistos pela Organização como essenciais para começar o trabalho de enraizamento na classe operária, encaminhando células militantes. Tal trabalho, segundo depoimento do ex-militante Jaime Cunha³¹, era feito por células de em média três militantes que iriam para a fábrica trabalhar, tornando-se assim operários.

A Organização, de forma geral, lançou fortes críticas em relação aos moldes tomados pelos sindicatos no Brasil, em que, segundo ela, funcionavam como mecanismo de evitar a luta de classes³². Os sindicatos perderiam, segundo a Organização, sua função e representatividade da luta operária na medida em que sua estrutura estava imersa nas relações burocráticas do Estado. Como apontamos logo acima, o Estado investiria na busca por maior controle das estruturas organizativas da sociedade civil que se colocavam em oposição. No caso do movimento operário, isso era feito através de medidas implantadas pelo Ministério do Trabalho e as consequentes leis trabalhistas e nos sindicatos através do afastamento de lideranças e “indicações” de dirigentes que mediavam a relação sindicato/Estado. Em suas próprias palavras, os “sindicatos foram criados e estruturados não como instrumento de luta da classe e sim para evitar essa luta; não para defender os mais elementares interesses [sic] econômicos da classe e sim como parte do aparelho estatal que serve para dominá-la e oprimi-la”³³.

Apesar de deslegitimar os sindicatos oficiais como instrumento de luta da classe operária e também os considerar um empecilho ao amadurecimento da classe, o

30 **A tarefa imediata do nosso Partido: propagar, agitar, preparar e dirigir a greve geral.** Informe Nacional, n. 01. Agosto de 1968. Autor: Partido Operário Comunista. Acervo Victor Meyer (LABELU/UEFS). Referência: 1 (19).

31 Jaime Cunha, baiano, começou a militância na Polop ainda na fase do POC, no final de 1967. Natural de Feira de Santana, a altura dos seus 17 anos já militava no movimento estudantil secundarista da cidade. Vindo da Ação Popular e por intermédio de José Valverde se torna militante da Polop. Continua com o trabalho no movimento estudantil, com as tarefas de formação das células (estudo, orientações, planejamento e execução de algumas ações) e também de recrutamento. Continuou este trabalho em Salvador, quando passa a cursar economia na UFBA. Acompanhou a cisão do POC e escolhe continuar na OCML-PO, onde permanece até 1975. Uma das células de Feira de Santana, a qual ele foi um dos responsáveis pela articulação, tinha, segundo ele, seis pessoas, todos participantes do movimento estudantil secundarista da cidade, numa média de idade entre 17 a 19 anos. Dentre eles, o próprio Jaime, Edlauro, Jonicael Cedraz, seu irmão Jairo Cedraz (o mais novo entre os integrantes), Moura Filho e Linovita. Indica ainda a imprecisão quanto às informações sobre quantidade de militantes por célula, seus nomes e até mesmo a quantidade de células por Estado. Segundo ele, são dados variáveis. Entrevista concedida à autora em 10/04/2015.

32 **Caderno sobre a linha.** Autor: CN da OCML-PO. S/ data. Tipo: livreto. Acervo Nacional Victor Meyer (LABELU/UEFS). Referência no acervo: [(9a)2].

33 **Nosso trabalho no sindicato.** Autor: POC, escrito em junho de 1968. Documento de circulação interna. Acervo Victor Meyer (LABELU-UEFS). Referência no acervo: 1(17). Pág. 01.

POC não entendia que o sindicato deveria ser colocado de lado. Primeiro porque a imensa maioria do proletariado não desenvolveu uma consciência sindical que o fizesse perceber-se com autonomia em relação ao Estado e segundo, por ainda não existir uma alternativa capaz de substituí-lo. Neste sentido, taticamente, estariam definidas formas de atuação junto a eles.

Assim temos que chegar até o limite extremo compatível com a situação, não só para desmascarar as lideranças sindicais como a própria estrutura, a travar a luta contra o Ministério do Trabalho. Isso exige que toda atividade sindical seja acompanhada por um trabalho educativo, que em toda reivindicação econômica sejam levantadas implicações e consequências políticas. E significa, antes de tudo, que não devemos nos limitar às formas organizativas que o sindicato hoje oferece. As assembléias [sic] sindicais que podem chegar a ter uma importância excepcional em diversos momentos da luta, não bastam absolutamente para organizar e mobilizar a classe. Temos que criar organizações de base, como Comitês de Empresas [sic] que ultrapassam a estrutura sindical. Mas onde houver possibilidade em encontrar industriais mais combativos, de criar bases sindicais nas fábricas e Conselhos de Representantes de Fábricas junto às diretorias sindicais. Nós não devemos menosprezar essas formas de organização. E aí, chegamos ao ponto essencial, que deve orientar nossa atividade neste terreno. O trabalho não pode ser nunca o fim, a este [sic] é a classe operária reunida nos centros de produção³⁴.

O que está por trás do trabalho nos sindicatos era a possibilidade de chegarem às fábricas e locais de trabalho, disputando ideologicamente estes espaços. Ir ao encontro da classe operária³⁵, estando onde ela estiver. A Organização fazia defesa da criação de Comitês de Empresa. Estes, funcionariam como órgãos representativos básicos do proletariado e surgiriam em torno das reivindicações de luta pelos operários da fábrica. Desempenhariam a função importante de estimular a solidariedade entre os operários na medida em que passam a se perceber numa situação de igual exploração, de problemas enfrentados pelas condições de trabalho, etc. O desenvolvimento desta solidariedade criaria condições para o desenvolvimento da consciência de classe.

Outro espaço a ser ocupado, no que se refere ao movimento operário, são as oposições sindicais. Para o POC estes espaços abririam possibilidades para

Uma atuação mais consequente ainda. Trata-se, geralmente, de grupos minoritários em diversos sindicatos, que tomam contatos para uma atuação comum, inicialmente em escala local. Todavia, não quer dizer que somente minorias ou chapas derrotadas possam participar desta coligação, pois o sentido não é a oposição de determinadas diretorias e sim a criação de uma oposição organizada contra a presente estrutura sindical. Posição tão consequente geralmente surge primeiramente entre minorias. Mas estas,

34 Ibidem, Pág. 2.

35 A frágil relação na História da Polop com a classe operária já foi tema de estudo. O trabalho de Rodrigo dos Santos Borges é uma abordagem inicial neste sentido. Para mais, ver: BORGES, Rodrigo dos Santos. **A Polop e a classe trabalhadora: História de um desencontro**. Trabalho de conclusão de curso. Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, 2013.

trabalhando bem, e isso depende em parte de nós, poderão tomar conta dos sindicatos e continuarem oposição organizada contra o sistema³⁶.

As oposições, além de estimularem a solidariedade pelo trabalho comum realizado, abririam, segundo o POC, a possibilidade de luta contra a estrutura sindical deste período atrelada e de total controle pelo Estado. A liberdade e autonomia organizativa, base da construção da classe independente, foram princípios defendidos pela Organização durante toda a sua trajetória e estariam reafirmados no âmbito do movimento operário.

O POC chega a ter participação no Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Este movimento teve sua criação nos fins dos anos 1960 e permaneceria atuante durante toda a década de 1970. Segundo o baiano Jaime Cunha, ex-militante da Organização, ele próprio chegou a militar no movimento. Recém-transferido de Feira de Santana (na Bahia, onde desenvolvia sua militância no trabalho de formação no movimento estudantil) para São Paulo, por questões de segurança, chegando em São Paulo passaria a trabalhar junto ao movimento operário.

Nessa ida para São Paulo, também foi Linovita. E lá nós militamos, tínhamos uma célula operária, que nós militávamos no movimento operário, na oposição sindical metalúrgica. Chegamos a formar uma coordenação da oposição sindical metalúrgica da zona sul de São Paulo. E daí a algum tempo essa nossa célula foi ampliada também com novas pessoas, com novos quadros que vinham de movimento estudantil, que se integravam na produção, entre essas pessoas a mulher de Victor. Elisa foi de uma célula comigo, ela era operária. Elisa passou por esse estágio, de operária, de trabalhar na fábrica³⁷.

O “estágio de operária” de que fala Jaime Cunha era o processo de integração na produção dos quadros militantes da Organização. Segundo ele, a célula da qual participava teve essa inserção em fábricas de São Paulo. O processo de integração iria além do espaço da própria fábrica, voltando-se também a um envolvimento no conjunto da vida operária, como a moradia nos bairros, com a presença em espaços de sociabilidades destes trabalhadores. O objetivo era traçar laços de confiança com os trabalhadores podendo inferir na vida e luta cotidiana destes sujeitos nas fábricas e em outros espaços de vivências suas.

Em São Paulo, minha militância foi no movimento operário e como eu morava num bairro operário, eu também organizei no bairro, fazia trabalho de organização [militância] no bairro, na associação de moradores [...] Também, pessoalmente, fazia alguns trabalhos assim: como eu sempre me

36 **Nosso trabalho no sindicato**. Autor: POC, escrito em junho de 1968. Documento de circulação interna. Acervo Victor Meyer (LABELU-UEFS). Referência no acervo: 1(17). Pág. 04.

37 Entrevista concedida à autora em 10/04/2015.

aproximava mais da Igreja, ficava amigo do padre... eu me tornei ateu mas antes era religioso, eu fui da Juventude Estudantil Católica. Em São Paulo eu também fiz essa relação, então, conseguia na igreja um espaço, onde tinha uns cursos, onde tinha uns testes para os operários fazer de curso no SENAI. Curso de torneiro, curso de não sei o que. E os operários, na maioria, não sabia ler ou fazer conta, e eu tinha um conhecimento, né?! Então aproveitava aquilo para aproximar³⁸.

Não dá para afirmar que na sua totalidade os demais militantes na Organização se utilizassem dessas mesmas práticas como forma de atuar. Mas a narrativa de Jaime Cunha nos dá uma noção de como pode ter sido feita, e de artifícios por vezes usados na militância de acordo com o cenário colocado como possibilidade. O trabalho de militância desenvolvido pela célula da qual Jaime Cunha fazia parte, teve que ser interrompido em razão do mapeamento pela polícia das células do POC. Com o afastamento, Jaime acaba perdendo contato com a Organização e volta a Salvador.

Por uma esquerda unida: A Frente da Esquerda Revolucionária (FER)

Em jornal lançado, dois meses depois da fundação do POC, aparece a matéria *FER no caminho da revolução*³⁹, que ao apontar as iniciativas operárias que ganhariam seu ápice nas famosas greves de Osasco e Contagem, avalia que estas não poderiam se desenvolver, de forma a tirar suas consequências positivas sem a orientação de uma vanguarda preparada. A Frente de Esquerda Revolucionária (FER) aparece como esse caminho, “unindo as forças que se colocam no campo da luta de classe proletária, será neste momento o instrumento de dirigir as futuras ações dos trabalhadores no caminho da revolução”⁴⁰.

A avaliação feita, posteriormente, por Eder Sader⁴¹, ex-militante, é de que o POC cresce com todo esse movimento das lutas operárias, adquirindo experiência de vanguarda revolucionária e conseguindo manter-se atuante, ainda que de forma limitada, em greves e paralisações de fábricas de 1968, em Contagem e Osasco, por exemplo.

38 Entrevista concedida à autora em 10/04/2015.

39 **FER no caminho da Revolução**. Jornal Política Operária, junho de 1968, número 18. Autor: POC.

Acervo digitalizado CEDEM. Pág. 02

40 **FER no caminho da Revolução**. Jornal Política Operária, junho de 1968, número 18. Autor: POC.

Acervo digitalizado CEDEM. Pág. 02.

41 Eder Sader rompe a Polop em 1976. O seu escrito sob o título de *Por um balando da PO*, escrito entre setembro e outubro de 1976, marca o rompimento. O documento é uma retrospectiva da trajetória da Organização. Lançada na Revista Brasil Socialista (número 7, outubro de 1976), expõe muitas críticas à Polop.

As formulações iniciais sobre a FER já tinham sido apresentadas pela ORM no *Programa Socialista para o Brasil*. Nele está o entendimento do que seria a FER: “o estabelecimento de uma unidade de ação da esquerda revolucionária, em torno dos princípios básicos e com fins imediatos de luta contra a ditadura, será um passo decisivo para a mobilização da classe operária”⁴².

O POC viria a identificar como Esquerda Revolucionária grupos e organizações que se diferenciavam da perspectiva política do PCB, como demonstra o trecho abaixo:

São muitas as forças potenciais da esquerda revolucionária, mas estão ainda dispersas. Além da PO, são muitos os outros grupos e organismos que negam no fundamental as teses da esquerda reboquista, além das bases do PCB que não mais aceitam a direção reformista imprimida ao partido⁴³.

Este documento foi produzido ainda na fase ORM, em 1966, pouco tempo antes da cisão de 1967. Ele é retomado pelo POC e referia-se, sobretudo, aos quadros que romperam com o PCB no pós-golpe e que passariam a partir daí a recusar a necessidade da etapa democrático-burguesa. Ainda que apresentando estratégias diferenciadas e algumas outras diferenças entre elas, se estivessem ao lado da crítica ao PCB, estavam, sob seu olhar, em condições de serem consideradas como esquerda revolucionária.

Esse crescimento da “esquerda revolucionária”, conforme apontou a POC, era visto como um avanço, na medida em que poderia representar o enfraquecimento do PCB e suas teses, mas isso implicaria em outro problema. Ainda na fase ORM, a questão seria levantada como empecilho neste processo: a ausência de unidade política no campo dessa esquerda que ela considerava revolucionária.

Por mais críticas que a organização lançasse a partidos como o PCB e as diversas organizações também clandestinas, a Polop acreditava que mesmo com as diferenças que se faziam existir entre os grupos, era imprescindível uma esquerda que agisse em sentidos comuns. A ideia posta era a existência de uma esquerda revolucionária e da necessidade de uni-la:

São muitas as forças potenciais da esquerda revolucionária mas estão ainda dispersas. Além da PO, são muitas os grupos e organismos que negam no fundamental as teses da esquerda reboquista, além das bases do PCB, que não mais aceitam a direção reformista imprimida no partido. Sem ser ainda uma força amadurecida e homogênea, a esquerda revolucionária nega em conjunto: a frente única com a “burguesia nacional”, o caminho pacífico, a

42 **Programa Socialista para o Brasil**. IN: **Polop: uma trajetória...** op.cit. 2010. pág. 126.

43 **As razões da esquerda revolucionária – tema da unidade política**. Autor: ORM-PO, 1966, documento de circulação interna. Código 0227 – Acervo CEDEM. Pág. 02.

tática de “redemocratização” deixando intactas as bases sociais do regime⁴⁴.

Encontramos na Resolução do V Congresso, na fundação do POC, referência à FER como um mecanismo, um instrumento de dar partida à unidade de grupos revolucionários visando à construção do partido revolucionário. No *Programa Mínimo da FER*, ela nos é apresentada como uma “Frente tática para a formação do Partido Operário Revolucionário (logo marxista-leninista), composta por organizações ou grupos que se definam pela formação do POR e se disponham a desenvolver uma luta anti-imperialista, de caráter anticapitalista”⁴⁵. Sua tarefa seria de organizar as massas pelas suas bases. Para tal, a FER deverá formular um programa mínimo e aplicá-lo através das suas organizações que desenvolverão uma prática conjunta entremeada de intensa discussão também conjunta⁴⁶.

No documento *As Razões da esquerda revolucionária*⁴⁷, escrito em 1966, o tema da unidade política já aparece, mas não só, ela está em alinhamento com a crítica feita pela Organização a setores da esquerda que, para ela, perderam a chance de aproveitar a crise pela qual passava o campo das frações de classe dominante. A Polop compreendia que existia na classe dominante uma disputa interna.

Comum em suas avaliações sobre a reação repressiva do Estado é a noção de que além do “medo” pelas forças de oposição, havia certa instabilidade nas relações entre frações da classe dominante, movida pela defesa de interesses divergentes, um campo em constante conflito. Caberia a eles, enquanto revolucionários, desenvolver táticas para aproveitar essa fragilidade política no campo das frações da classe dominante.

Está claro que a esquerda deve aproveitar essas dissidências internas nas classes dominantes e em seu governo. Mas há um setor de esquerda que quer aproveitá-la apoiando uma das frações dominantes com o fito de obter algumas concessões. Argumentando com a fraqueza da esquerda e o imobilismo atual da massa, desenvolvem uma tática que tende a eternizar essa fraqueza e esse imobilismo, já que oferecem à massa a perspectiva de seguir a diretriz das lideranças burguesas⁴⁸.

44 Idem.

45 **Programa Mínimo da FER**. Autor: Núcleo Marxista-Leninista. S/ data. Documento de circulação interna. Acervo digitalizado CEDEM. Referência: 0599. Mesmo sem data, o documento chega a mencionar o processo de fusão de bases da Polop com a Dissidência gaúcha, o qual estaria sendo chamado até então de Núcleo Marxista-Leninista, que assina o documento. Isso nos indica que este documento tenha data provável entre os anos de 1967 e 1968.

46 Idem.

47 Documento **As Razões da esquerda Revolucionária – tema da unidade política**. Autor: ORM-PO, data: 1966. Código: 0227 – Acervo digital CEDEM.

48 Documento **As razões da esquerda revolucionária – tema da unidade política**. Autor: ORM-PO, 1966, documento de circulação interna. Código 0227 – Acervo CEDEM.

A crítica posta no trecho acima é, sobretudo, direcionada ao PCB, que é acusado pela Organização de estar a reboque de frações da classe dominante e por isso se afastando de uma prática revolucionária, assumindo ao contrário disso uma militância reformista. O partido não seria acusado apenas de ter uma prática reformista, mas será responsabilizado pelo enraizamento na esquerda de uma cultura política de reformismo, de reboquismo, de uma política de total colaboração de classes com a burguesia. Aproveitar as fissuras existentes na classe dominante estaria longe, portanto, de qualquer forma de conciliação com setores burgueses. O caminho seguia no sentido de reorganizar a esquerda num projeto único, tornando-a capaz de influir na “massa”, de ser capaz de assumir o papel de vanguarda. Esse projeto é a FER.

No atual nível, a unidade das forças revolucionárias dispersas deve levar à constituição de uma frente da esquerda revolucionária. A futura formação dum partido da classe operária depende do amadurecimento e homogeneidade dessas forças [sic], o que se fará como fruto da experiência das lutas conjuntas e do aprofundamento político e teórico. Não só é preciso uma concordância em torno de pontos básicos – a aliança operário-camponesa, a vinculação da derrubada da ditadura à derrotada do latifúndio e dos grandes monopólios, a guerrilha. É preciso ainda que haja uma força [sic] capaz de desvendar [sic] uma luta concreta em tomo da qual se mobilizam amplos setores da esquerda hoje dispersos e abatidos⁴⁹.

Neste sentido, a FER se constituiria como uma mediação tática para a formação do partido revolucionário, base de um programa de atuação que daria orientação às ações junto aos movimentos de massa. Significaria a tentativa de superar a dificuldade da Organização na concretização da sua prática revolucionária, servindo como instrumento de mobilização das massas. Identificada a necessidade de organizar essa “esquerda revolucionária”, passaria agora a tomar medidas para a construção da frente. Em outro documento⁵⁰ escrito no ano seguinte, julho de 1967, a organização faria um mapeamento de quais organizações poderiam participar desta proposta.

De acordo com o mapeamento feito pela Organização, os grupos que vislumbravam uma maior aproximação eram a Ação Popular-AP⁵¹ (apesar de acharem

49 Documento **As razões da esquerda revolucionária – tema da unidade política**. Autor:ORM-PO, 1966, documento de circulação interna. Código 0227 – Acervo digitalizado, CEDEM.

50 **Relatório sobre as organizações possíveis de trabalho na FER**. Autor: Comitê Nacional (CN). Ano: 1967. Tipo: Documento de circulação interna. Acervo CEDEM.

51 Formada em 1963, por militantes da Juventude Universitária Católica (JUC) e a Juventude Estudantil Católica (JEC). A AP teve forte inserção no movimento estudantil, elegendo presidentes na UNE e influência também nas lutas e organizações dos trabalhadores rurais. Em 1971, lança documento Programa Básico, que segundo a própria, marca uma nova fase na vida da Organização. Passa a apresentar-se como Ação Popular Marxista-Leninista, demonstrando guiar-se “pelos princípios do marxismo-leninismo-maoísmo”. IN: REIS FILHO, D. A. Introdução. In: REIS FILHO, D. A. e SÁ, J. F.

que os debates teóricos nesta organização não chegassem às bases, o fato de contar com células em todos os estados foi algo que chamou atenção da Polop); a Corrente⁵² (com a qual a Polop entendia que deveria centrar grande esforço de trabalho, principalmente pela Corrente apresentar aproximações em bases operárias e possibilidade de trabalho nas Frentes locais). Outros, como o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e outros agrupamentos que se formaram a partir do rompimento com o PCB eram vistos como espaços de possíveis trabalhos, mas numa perspectiva em longo prazo.

O trabalho com esses grupos iniciaria com o envio de materiais básicos de estudo e de propaganda, provavelmente o Programa Socialista para o Brasil (PSB), e os documentos sobre os trabalhos da FER. Algumas dessas organizações mencionadas acima irão, na segunda metade da década de 1970, participar da construção da Revista Brasil Socialista, que a nosso ver foi a iniciativa mais concreta em direção à FER pensada pela Polop.

Neste momento, surgiu como iniciativa da própria Polop a Revista Marxismo Militante que seria, neste momento, um instrumento para a difusão e construção da FER. Seria a forma de primeiro contato e debate com as organizações que se pretendia para frente. Como a mesma se apresenta “uma revista teórica de unificação dos Marxistas Leninistas” que “surgiu como órgão do Núcleo Marxista-Leninista que tomou a iniciativa para a formação de uma FRENTE DA ESQUERDA REVOLUCIONÁRIA como instrumento de luta da classe proletária em escala nacional”⁵³. A FER não foi objetivo único para a elaboração da revista, mas durante a fase do POC, é notória a prioridade e atenção voltada para a construção da frente.

Por uma “Universidade Crítica”.

Outro espaço privilegiado pelo POC foi o movimento estudantil. A partir de suas concepções, a organização elaborou propostas de intervenção para o setor estudantil, direcionando-as para sua estratégia de revolução brasileira a partir da premissa de que

Imagens de Revolução. Documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1985. Pág.: 371.

52 A Corrente Revolucionária foi formada a partir das lutas internas do PCB a partir de 1965. Rompe com o PCB em setembro de 1967. No mesmo ano, começa rearticulação com oposições pcebistas e propõe a construção de um novo partido. Em abril de 1968 funda o PCBR. Para mais, ver: REIS FILHO, D. A. e SÁ, J. F. **Imagens..** op.cit. 1985.

53 **Revista Marxismo Militante.** Ano I, 1968, número 1. Código: 1002 – Acervo CEDEM. A Revista Marxismo Militante ainda é uma fonte pouco explorada. No acervo do CEDEM existem os números 1, 3, 4, 5 e 6. E no Acervo Victor Meyer (LABELU-UEFS) os números de 1 a 7 e mais dois números “MM no exterior”, de 1976 e 1977.

as lutas estudantis poderiam de alguma forma contribuir para a construção da independência da classe operária e do partido revolucionário. A questão é como contribuiriam.

Assim, ocupou e disputou alguns espaços no movimento estudantil. Olhando para a composição dos quadros da organização, verificamos que a maior parte dos militantes da Polop, tal como da maioria das organizações clandestinas, com exceção do PCB, eram estudantes (RIDENTI, 1993, 69), mas não apenas por isso, é notável o debate e uma política de atuação direcionada a esse movimento. O interesse estava, em boa medida, pela grande expressão das lutas estudantis, vistas como de grande mobilização e combatividade, abrindo possibilidades de proporcionar novos quadros e novos dirigentes. Além disto, estava presente, na concepção da Organização, a ideia de unificar as lutas e integrar estas forças estudantis e as forças da luta operária.

Nos anos de 1967-68, as lutas estudantis se mostraram com grande capacidade de mobilização exercendo junto a outros setores de oposição uma forte pressão sobre o Estado. Suas mobilizações giraram, de forma geral, em torno das pautas relacionadas à reforma universitária, tema em debate desde o início da década, estimulada, sobretudo, pela elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1961)⁵⁴.

Por outro lado, faziam o enfrentamento contra a forte repressão às suas manifestações que chegariam ao ápice após a morte do estudante Edson Luís, em março de 1968. A Reforma Universitária apresentada pelo Estado era acusada, dentre outras coisas, de encaminhar a privatização das instituições de ensino, ao lado de medidas como o fechamento da União Nacional dos Estudantes (UNE), que agora passaria a ter de realizar seus congressos na clandestinidade, como ocorreu em agosto de 1967 (ALVES, 1985; 115).

Segundo Moreira Alves, a Reforma Universitária estava embasada em acordos entre o Ministério da Educação e Cultura e a United States Agency for International Development (USAID). O chamado acordo MEC-USAID, como ficou conhecido, tinha por objetivo, além das privatizações das instituições, a fiscalização por parte de técnicos norte-americanos sobre toda política de diretriz educacional e publicação de livros, um modelo de educação americano⁵⁵.

54 Para mais informações e um debate mais aprofundado sobre a Reforma Universitária neste contexto, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária**. 1ª Edição-Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

55 ALVES, Maria Helena Moreira. Op.cit, 1985. Pág.116. Sá Motta também aponta que a relação Brasil/Estados Unidos atuando juntos na educação brasileira remete aos anos 1950, mas com a vitória do

O POC estaria atento a este cenário de mobilização estudantil e viria a construir um programa político intitulado “Universidade Crítica”. O documento deveria servir como programa de princípios que orientam linhas táticas para atuação do movimento estudantil. Mais tarde, a expressão “Universidade Crítica” viria a ser usada para dar nome a um jornal de circulação no meio estudantil⁵⁶.

Para a Organização, nos anos de 1967-68, o movimento dá um salto político importante. Em razão do novo contexto imposto pela ditadura, verificou-se uma reformulação das suas linhas teóricas e práticas. É neste momento que é produzido e apresentado, em 1968, o documento “Universidade Crítica”, como proposta para ser o programa da UNE. Esse debate começara no 28º Congresso da UNE, em julho de 1966, que até então tinha como programa de orientação o do Movimento Contra a Ditadura (MCD). Neste Congresso, militantes da Polop lançariam muitas críticas a esse programa, afirmando ter pautas ainda muito gerais (como o “abaixo ditadura”), apontando para a necessidade de se pensar uma nova proposta de atuação. No 29º Congresso da UNE esses debates ganhariam mais corpo, daí sai a necessidade de outro programa com propósito de orientar as novas ações, com debates mais aprofundados sobre a natureza e função da Universidade, pensada de forma articulada com as lutas das outras categorias.

O programa assumiria a função de demonstrar o caráter de classe das medidas estatais, que apenas queriam uma educação “a serviço das empresas”, que visava às demandas do capitalismo e que se apropriava da educação como mais um mecanismo de dominação. Contra essa “natureza” atribuída pelo Estado ao espaço universitário, “a tese Universidade Crítica corresponde a uma política operária (perspectiva estratégica) para a Universidade e a um conceito sobre o trabalho de massa (perspectiva tática)”⁵⁷.

[...] essa alternativa tinha que conter os princípios que orientam a nossa luta contra a atual Universidade e contra a Universidade Empresarial. Um programa de princípios é diferente de uma plataforma de luta com todos os pontos enumerados: é preciso que cada ponto enumerado esteja ligado a um princípio político que se contrapõem aos princípios que orientam o governo; é preciso também que esse programa seja um todo coerente capaz de explicar como cada ponto se insere dentro de um programa de contestação global das

Golpe as operações norte-americanas intensificaram-se. Um exemplo concreto neste sentido é a criação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), mantido por financiamento americano. O autor dedica capítulo a discutir as relações entre os dois países. Para um debate mais aprofundado ver capítulo 3 (A Usaid e a influência norte-americana). IN: MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Op.cit. 2014.

56 Sabemos da existência desse jornal, mas não conseguimos acesso a nenhum exemplar.

57 Documento **Tese Universidade Crítica**. Autor:CN, data: 1968. Código 4068 – Acervo CEDEM. Grifos do documento.

universidades e da sociedade. Essa alternativa contendo os princípios de nossa luta deveria se transformar numa bandeira de luta para o ME⁵⁸.

Mais do que se opor às medidas do Estado no que tange à política educacional, o que o POC estava propondo era uma integração das lutas, entendendo que a luta estudantil não estava isolada das demais lutas dos operários e de outros grupos sociais subalternizados que se opunham ao governo. Lutar pelas pautas estudantis para além dos muros e ganhar os estudantes para um programa de transformação social, consciente do seu lugar neste processo, era a linha tática da Organização neste momento. Mostrar o caráter de classe das lutas estudantis e percebê-las não apenas para a melhoria da educação, mas para além disso, num projeto maior de transformação radical da sociedade, era pois, o tornar “crítica” a Universidade sob o olhar do POC.

Era, dentro da Universidade, levar uma política operária, uma política anticapitalista, que esclarecesse o verdadeiro sentido desta Universidade e da sociedade que a gera; fora da Universidade participar das lutas de rua de protesto geral contra a ditadura, esclarecendo seu caráter de classe e, quando dos movimentos operários, atuar verdadeiramente como sua força [sic] auxiliar material⁵⁹.

A busca pela integração das pautas, já havia sido posto em *Carta Política aprovada no 29º Congresso da UNE*, em 1967, que estabeleceu linhas políticas gerais para o movimento estudantil. A carta política aprovada marca a formação do Movimento Universidade Crítica como uma organização de vanguarda dentro do ME, devendo assumir o papel de conduzir o ME dentro dos princípios socialistas, oferecendo “uma opção frente a ele: o caminho da integração na luta dos trabalhadores, e uma UC [Universidade Crítica]”⁶⁰.

Nos meses seguintes seria formulado o documento *Tese Universidade Crítica*, contendo esse mesmo eixo principal de integração das lutas estudantis à luta proletária, reafirmando a linha política aprovada pela carta. A Tese foi produzida para ser apresentada no 30º Congresso da UNE, marcado para outubro de 1968 e que não conseguiria se realizar em razão da ação da polícia, levando à prisão de muitos estudantes. Isso significou uma queda na ação mobilizadora que vinha ocorrendo até então.

58 Idem.op.cit. Grifos do documento.

59 **Por uma universidade crítica - Proposição de um programa.** Autor: CN, data: 1968. Código 4068 – Acervo CEDEM. A Tese Universidade Crítica foi retomada, posteriormente algumas vezes, geralmente acompanhado de uma introdução.

60 Documento **Movimento Universidade Crítica - Carta política.** Autor: CN, s/d, Código 4088 - Acervo CEDEM

A versão a ser apresentada viria acompanhada de um balanço crítico do movimento, desaprovando a diretoria da UNE, que não conseguiu avançar na aplicação das linhas políticas traçadas. Criticou os limites de um movimento feito apenas pelas diretorias dos órgãos de representação da categoria e estabeleceu princípios em nível de organização institucional. Seriam eles:

1) autonomia universitária. Compreendida como: A) gestão paritária, de todos os níveis, de alunos e professores [sic], sem distinção de grau, assegurando a participação de funcionários e formada mediante eleição. B) subvenção estatal para a Universidade compreendida como a destinação de um percentual fixo no orçamento do órgão que mantém o ensino (a subvenção estatal liga-se ao princípio de que, sendo a Universidade uma instituição destinada a formar quadros para sociedade, cabe ao estado que dirige esta sociedade arcar com o ônus da educação). 2) democratização do ensino, significando isso que as formas de acesso à universidade devem ser aquelas que propiciam a entrada de maior número de pessoas e a possibilidade efetiva de elementos das classes mais pobres entrarem e terem condições de concluir um curso universitário. Por isso, defendemos: A) a gratuidade de ensino em todos os níveis; B) vestibulares de habilitação e não de seleção; C) expansão dos cursos noturnos; D) dotar a universidade de condições de manter a vida de estudante também fora do curso regular: restaurantes, alojamentos, condução, bibliotecas, serviços médicos, etc⁶¹.

Apontou para a ampliação do movimento para além dos muros universitários. De acordo com o Programa, “os estudantes se integram na luta dos trabalhadores quando, fora da Universidade, levam às ruas o seu movimento, dentro da perspectiva dos trabalhadores de transformar a sociedade⁶²”. Mesmo indo às ruas com pautas específicas estudantis, fazia-se necessário assumir papel e palavras de ordem que contestassem e contemplassem o desejo de transformação da sociedade.

O Movimento se organiza, sobretudo, com base na crítica feita à direção da UNE, que para esses estudantes, havia falhado na função de direcionar o movimento, em especial depois da invasão no Congresso, momento de impasse entre tendências no movimento estudantil de como proceder dali em diante⁶³. Para militantes do POC, a queda da articulação estudantil, em especial a partir de 1969, deveu-se à ação do Estado, através da implementação do AI 5, mas também foi responsabilidade da direção que não tinha “compreensão do momento político”⁶⁴.

61 **Por uma universidade crítica- Proposição de um programa.** Autor: CN, data: Agosto de 1968.– Acervo Pág. 06.

62 *Ibidem*, p. 07.

63 Existia consenso sobre a retomada do congresso, mas não havia definição de como seria feito. A proposta vitoriosa é de que fossem realizados congressos regionais como forma de articulação, já que articular um novo congresso nacional demandaria tempo e poderia trazer perdas políticas. In: Documento **Boletim do MUC (para o 31º Congresso da UNE)**. Autor: CN, s/d, código 4168 – Acervo CEDEM.

64 Documento **Boletim do MUC (para o 31º Congresso da UNE)**. Autor: CN, s/d, código 4168 – Acervo CEDEM.

Seguindo a linha dada pelo Programa Universidade Crítica, era objetivo do MUC lutar “pela integração do ME na perspectiva política dos trabalhadores da cidade e do campo, seja na contestação da Universidade Burguesa-Latifundiária (luta por uma UNIVERSIDADE CRÍTICA), seja na contestação da sociedade Burguesa-Latifundiária (luta contra a exploração em todos os níveis”⁶⁵. O movimento previa não apenas uma integração com as lutas a nível nacional mas também a articulação com estudantes de outros países.

Sua tarefa era a da agitação e propaganda dos princípios que a norteavam a UC. No espaço da universidade, esta tarefa deveria ser feita nas assembleias, reuniões de DAs, CAs, em passagens em sala, pichamentos, murais, debates acadêmicos, etc. No movimento operário, esta tarefa seriam através dos comitês de empresa. Esse trabalho tinha como principal instrumento os boletins do MUC, colocando os posicionamentos do movimento sobre fatos mais imediatos, e o jornal (não sabemos se estão se referindo ao jornal *Política Operária* ou a um próprio jornal do MUC), além da distribuição e debates de textos clássicos do marxismo.

[...] trata-se de dar consciência à grande massa dos seus interesses [sic] e para isso a tarefa principal é a agitação e propaganda do programa UC. O instrumento básico para a agitação e propaganda é a imprensa, que através dos comandos de ação, será levada a uma grande parcela da massa⁶⁶.

Previo para o MUC uma organização parecida com a do próprio funcionamento do POC. Com alto sigilo e centralismo democrático, o movimento deveria se reunir constantemente e discutir textos básicos do marxismo⁶⁷. Seus quadros eram compostos por células (o que no MUC era chamado de “comandos de ação”) para trabalho numa média de cinco e no máximo de sete pessoas, dividindo-se geralmente entre as tarefas de fala (em comícios, na fábrica, manifestações, atos, etc), distribuição de jornais e panfletos e segurança pelos militantes da Organização. Esses comandos de ação ainda estavam sob a direção de coordenações regionais eleitas em congresso, esta por sua vez, sob uma direção nacional.

65 Documento **Surgimento do MUC**. Autor: CN, s/d, tipo: documento de circulação interna. Código 4103, Acervo CEDEM.

66 Idem.

67 Já existia uma lista de textos básicos que se destinava aos primeiros contatos com militantes novos, que estavam em processo de entrada na Organização. No documento **Sobre o recrutamento**. s/d. (Código (2)18 Acervo Victor Meyer – LABELU/UEFS) são dadas orientações para a forma pela qual são recrutados novos membros para a construção partidária (CP) - ou seja para a Polop - e os níveis de ligação com a Organização. Esses mesmos textos são indicados para a leitura no MUC. São eles: O programa Socialista para o Brasil, O que fazer de Lenin, O manifesto do Partido Comunista, de Marx, e alguns outros textos mais importantes de análise de conjuntura feita pela Organização.

O movimento apresentaria crescimento. Documentos registram o MUC se organizando em chapas para concorrer aos órgãos de representação estudantil, como por exemplo, a disputa pelo grêmio da FAFICH na USP já em 1968. O boletim do movimento do mesmo ano tem como matéria *Manifesto da chapa Universidade Crítica a eleição do grêmio da Faculdade de Filosofia da USP*⁶⁸. Este número em especial é dedicado exclusivamente à defesa das teses da UC e da necessidade de conquistar espaços estudantis. Conseguindo certo êxito, o movimento se organizaria em outros estados como Bahia, Rio de Janeiro, por exemplo, regiões onde o POC já contava com quadros militantes existentes. Chegariam a pensar na realização de um congresso nacional específico, mas não encontramos indicações de que este teria de fato ocorrido.

Novas quebras nos quadros do POC

É notória a grande preocupação da Organização no que tange à atuação em espaços que considera importante. Entretanto, mesmo com esta preocupação e empenho por uma prática, pouca inserção ela conseguiu nos meios operários. Em suas próprias avaliações, sempre levantam como questão esta dificuldade, uma insuficiência de ação que comprometia todo o trabalho. Como explicar tal situação?

As investidas do Estado e o crescente endurecimento do aparelho repressivo que se verificou neste período, com a decretação dos atos institucionais (em especial o AI5), desarticularam muitas organizações. Não apenas o POC teria perdas nos seus quadros, mas toda a esquerda sofreu com as ações repressivas da sociedade política. O que implicou nas perdas de quadros, mas também numa enorme dificuldade de articulação. Neste sentido, as relações externas que o POC buscava consolidar, no movimento estudantil, no movimento operário e no seio das próprias organizações e partidos, na tentativa de construção da FER, ficaram comprometidas.

O projeto de construção da FER continuava a ser perseguido pelo POC, mas encontraria muito pouco espaço para se concretizar diante do cenário de pouca articulação e pela opção ao enfrentamento armado à ditadura. Assim, o projeto da FER acabou por não avançar e mesmo não o abandonando, o POC se encontraria imobilizado para tal realização. Um retorno ao projeto só viria tempos depois na década de 1970,

68 Documento **Boletim do MUC...** op.cit.

não mais na fase do POC, com a autocrítica de alguns guerrilheiros sobre a experiência armada.

Por outro lado, não apenas as dificuldades encontradas pelo POC no que tange às suas relações externas estariam nas razões de uma prática mais incisiva, mas também as disputas e fracionamentos internos que foram constantes em toda sua trajetória. Por vezes, as discordâncias no que diz respeito às táticas levariam ao processo de cisão e desarticulação interna que comprometia, muitas vezes, sua ação.

No *Relatório da reunião nacional ampliada*, de 1969, ficaram evidentes as críticas feitas ao Comitê Nacional e as divergências em diversos pontos entre os militantes. Foram pontuadas questões como falta de dedicação por parte dos militantes, falta de direcionamento do CN, a deficiência de formar quadros militantes preparados para as atividades específicas e também a falta de condições materiais para o trabalho. Essas questões estariam se refletindo na ausência de “formas de transição entre as palavras de ordem gerais e as situações concretas”⁶⁹.

As causas do nosso atraso tem a mesma origem: a incapacidade de traduzir a nossa teoria numa prática diária para nossos militantes e apresentar uma perspectiva convincente [...] essa deficiência pode ser vista em dois sentidos: um primeiro, podemos não ter clareza sobre o que fazer; segundo, podemos ter clareza, mas não dispor dos instrumentos para veicular as nossas posições [...] no fundo não superamos ainda nossa prática amadorista e a prova mais evidente é a falta de quadros especializados no nosso meio. Os quadros surgem quase por acaso para as tarefas que enfrentamos. Na grande maioria das vezes os quadros são lançados despreparados à luta, enfrentando responsabilidades acima de suas possibilidades⁷⁰.

Por outro lado, o tema da luta armada volta aos debates novamente e ainda em 1970 uma tendência dentro do POC insistiria na prioridade para o trabalho junto ao movimento operário e não para a luta armada. No documento a seguir, *Por que nos constituímos em fração*, escrito em 1970 por esta tendência que viria no ano seguinte romper definitivamente com o POC e formar a OCML-PO, está expressa essa divergência:

Nos constituímos em fração porque o Partido já estava fracionado e porque os pontos de partida da oposição que fracionara o P. abrem as portas para a liquidação das posições básicas que nos constituíram no polo proletário da esquerda brasileira. Nos constituímos em fração porque a constituição do P. da classe operária no país depende, em qualquer circunstância, de um núcleo de coesão fiel ao programa socialista e disposto a aplicá-lo. A nova maioria partidária, pela sua atividade na luta interna e pelas posições políticas ensaiadas, ameaça essa posição. O núcleo de coesão constituído pela nossa

69 Documento de circulação interna **Relatório da Reunião Ampliada**. Autor: POC. Ano: 1969. Acervo CEDEM.

70 Idem.

fração será a garantia do desenvolvimento partidário a partir das posições básicas do programa⁷¹.

Importante chamar atenção para o que Marco Aurélio Garcia⁷² observou. Segundo ele, mesmo com a prática da chamada centralização democrática, pautada numa hierarquização interna de instâncias de decisão do partido, o POC foi pioneiro ao conceder a liberdade de fração. Isso é algo que o diferencia quanto à experiência de construção partidária em relação a outros partidos comunistas.

Dessas tensões internas nasce a Organização de Combate Marxista-Leninista – Política Operária. A OCML-PO também viria a tomar o *Programa Socialista para o Brasil* como documento base de orientação, reivindicando para si a continuidade da antiga Polop.

Novamente seus militantes se voltariam para tentar resolver o distanciamento que se fazia presente entre a Organização e a classe operária, buscando um trabalho mais dinâmico e constante nos núcleos de organização operária, em especial nas fábricas. Retomando algumas propostas da fase POC e elaborando outras tantas, esse trabalho também encontraria novamente dificuldades pela própria conjuntura. Ainda durante o ano de 1970, tanto o POC, que continuaria existindo ainda por alguns meses, quanto a OCML-PO lançariam ao mesmo tempo o jornal *Política Operária*⁷³, principal jornal da Organização desde a sua primeira fase.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. 3 ed., Petrópolis: Vozes, 1985.

COELHO, Eurelino. **Dissonâncias à esquerda: a Polop, o golpe e a ditadura militar**. IN: MATTOS, Marcelo Badaró, VEJA, Rúben (orgs.) *Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

71 Documento de circulação interna **Por que nos constituímos em fração**. Autor: não assinado (fração que se desliga do POC e forma a OCML-PO). Ano de 1970. Acervo Nacional Victor Meyer (LABELU/UEFS). Referência no acervo: [(2)1].

72 **Uma tentativa chamada Partido Operário Comunista**. *Em Tempo*, n. 85, 11 a 17 de outubro de 1979.

73 Até agora encontramos algumas edições do jornal Política Operária que ambos editam ao mesmo tempo. São jornais diferentes, datas diferentes, assinados alguns pelo POC outros pela OCML-PO, mas que mantêm o mesmo número/sequência da edição e o mesmo nome.

CALIL, Gilberto. **O Sentido histórico do Golpe de 1964 e da ditadura e suas interpretações.** In: MATTOS, Marcelo Badaró (org). *Trabalhadores e ditaduras: Brasil, Espanha e Portugal.* 1 ed. Rio de Janeiro: consequência, 2014.

CORRÊA, Lucas Andrade de Sá. **Um nome e um programa: Érico Sachs e a Política Operária.** Dissertação de Mestrado em História Política e Bens Culturais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 2014.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.** 2ª Edição. Petrópolis: Vozes, 1981.

FILHO, Daniel Aarão, SÁ, , Jair Ferreira (Orgs). **Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971.** 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

Marcelo Badaró. **Novos e Velhos Sindicalismos. Rio de Janeiro (1955-1988).** Rio de Janeiro: Vício de leitura, 1988

MENDONÇA, Sonia Regina de **A Industrialização brasileira.** 2 ed. São Paulo: Moderna, 2004. _____ **Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento.** 3ª edição. Rio de Janeiro: Graal, 1986. _____ **O patronato rural no Brasil recente.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2010

MENDONÇA, Sônia Regina; FONTES, Virginia Maria. **História do Brasil recente. 1964-1992.** Série Princípios. 3ª edição. São Paulo, 1994 e SINGER, Paul. **A crise do “milagre”.** 7ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária.** 1ª Edição-Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

OLIVEIRA, Joelma Alves de Oliveira. **Polop: as origens, a coesão e a cisão de uma organização marxista (1961-1967).** Dissertação de Mestrado. Araraquara, 2007.

POLOP: Uma trajetória de luta pela Organização independente da classe operária no Brasil. Documentos publicados. Organizadores: Pery Fálcon e Orlando Miranda. Salvador: Centro de Estudos Victor Meyer, 2010.

RIDENTI, Marcelo, ANTUNES, Ricardo. **Operários e Estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil.** IN: Dossiê 40 anos de maio de 1968. Mediações. Vol. 12, n 02, p 78-89. Jul/dez 2007. _____ **O fantasma da revolução no Brasil.** São Paulo: Editora UNESP, 1993.

SILVA, Antonio Ozai da. **História das tendências no Brasil (Origens, cisões e propostas).** 2ª edição. Dag Gráfica e Editorial: São Paulo.